POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO

(COMPRA DE BENS OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº [1511189 340/2026]	
PROCESSO DE COMPRA:	**1511189 340/2026**
CONTRATANTE:	POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS
OBJETO:	Compra de padrões de referência necessários à continuidade de exames periciais realizados na Seção Técnica de Física e Química Legal e Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais
VALOR ESTIMADO:	**R$ 276.763,28** (duzentos e setenta e seis mil setecentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	Licitação com lote(s) aberto (s) à ampla concorrência e lote(s) reservado(s) exclusivamente à ME e EPP e equiparados para os benefícios do Decreto nº 47.437/2018 e Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no Anexo I - Termo de Referência.
LOCAL:	Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO	**HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO**
16/12/2026	**09:00 hora(s)**

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES
7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
8. DA HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13. DA CONTRATAÇÃO
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS.

ANEXO DE EDITAL III - MINUTA DE CONTRATO.

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do(a) POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, modo de fornecimento de Bens com entrega IMEDIATA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 48.723, de 24 de novembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a compra de padrões de referência necessários à continuidade de exames periciais realizados na Seção Técnica de Física e Química Legal e Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras MG e as especificações técnicas constantes no Edital e seus anexos, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnações poderão ser feitos por qualquer pessoa, exclusivamente por meio eletrônico, no Portal de Compras MG, na página da licitação, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

3.2. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, e CPF e nome do interessado para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (telefone e e-mail).

3.2.1. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes às solicitações.

3.2.2. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, data/hora do registro e tipo (pedido de esclarecimento ou impugnação).

3.2.3. O Pregoeiro responderá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital de licitação e dos anexos.

3.3. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a resposta e documento complementar, se houver, poderão ser consultados no Portal de Compras MG.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação, nos termos do art. 14, § 2º do Decreto n° 48.723/2023.

3.5. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 15 do Decreto n° 48.723/2023.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do Edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação nesta licitação se dará exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

4.1.1. As orientações aos licitantes para participação nesta licitação são apresentadas no Manual Pregão e Concorrência – Decreto n° 48.779/2024, versão Fornecedor, disponível no Portal de Compras MG.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e demais licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437/2018, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no mencionado Decreto 47.437/2018.

4.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

4.3.1. não se aplica no caso de licitação, ao item de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3.3. nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 4.3.1. e 4.3.2.

4.4. Para fins do disposto neste Edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.4.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.5. A participação nos lotes reservados exclusivamente a ME e EPP, conforme Anexo I - Termo de Referência, é limitada aos licitantes elencados no subitem anterior.

4.6. **Poderão participar** desta licitação os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.

4.6.1. O credenciamento no CAGEF deve ser realizado no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br - Opção Cadastro de Fornecedores.

4.6.2. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante no presente Edital.

4.6.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor do Edital por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.6.4. É dever do representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do licitante e do seu representante para realização das transações inerentes ao Edital.

4.6.6. O licitante se responsabiliza:

4.6.6.1. por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.6.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastro da proposta comercial.

4.7.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

4.7.2. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o link: https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/ ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras, participação em licitações entre contato pelo site: https://compras.mg.gov.br/canais-de-atendimento/fale-conosco/.

4.8. **Não poderão participar desta Licitação** as empresas que:

4.8.1. Não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.8.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.8.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.8.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:

4.8.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

4.8.4.3.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do

licitante.

4.8.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.8.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Edital de licitação, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema:

5.1.1. a marca; e

5.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

5.3. Nesta etapa não haverá ordem de classificação, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

5.4.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

5.4.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

5.7. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras MG, as seguintes declarações:

5.7.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021,para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

5.7.2. que inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

5.7.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.7.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.7.5. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

5.7.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

5.7.5.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

5.7.6. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

5.7.6.1. que participa da licitação sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

5.8. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o licitante às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

5.9. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e

alterações.

5.9.1. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

5.9.2. O disposto nos subitens 5.9 e 5.9.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no Edital, os licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

6.3. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

6.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.4.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

6.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de R$0,01 (um centavo de real).

6.5. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

6.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração desta etapa.

6.7.1. Encerrada a etapa de envio de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos descritos acima, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na busca pelo melhor preço.

6.7.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances durante a prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.7.3. Na hipótese de não haver novos lances durante a prorrogação automática, a etapa de envio de lances será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.5.

6.7.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.7.5. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por não ofertar nenhum lance no sistema.

6.7.6. Encerrada a etapa de que trata o item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.5.

6.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do licitante.

6.9. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para o Polícia Civil de Minas Gerais, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.11. **Do empate ficto**

6.11.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.

6.11.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior será convidada a enviar declaração que está apta a usufruir do empate ficto, e terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.2.1.1. Caso o licitante não envie a declaração, o Pregoeiro poderá dar continuidade à sessão pública.

6.11.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12. **Do empate real**

6.12.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.12.2. Na hipótese de ainda persistir o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

6.12.3. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do licitante melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO*- CPF e/ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do;	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228::::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.

7.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.

7.2. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

7.2.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta ajustada ao último lance ofertado ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), e, se necessário, documentos complementares, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.2.1.1. A prorrogação de que trata o item acima poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.2.1.1.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

7.2.1.1.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.2.

7.2.1.2. O fornecedor deverá realizar o upload da proposta comercial ajustada ao seu último valor ofertado, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.2.1.2.1. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

7.2.1.2.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal Gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.2.1.2.1.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser

encaminhados, também, a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

7.2.1.3. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

7.2.1.3.1. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/.

7.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. contiver vícios insanáveis;

7.4.2. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Edital, no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos;

7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;

7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.

7.5. Considera-se indício de inexequibilidade a propostaque apresentar valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, somente será identificada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O valor resultante da negociação deverá ser registrado no Portal de Compras MG.

7.6.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, nos termos do item 7.6, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos neste Edital.

7.6.2. Concluída a negociação, o resultado será registrado na ata da sessão pública, que deverá ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.7. Estando o preço compatível, o licitante deverá enviar a proposta ajustada ao último valor ofertado na negociação, e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 2 horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

7.8. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.12. O licitante poderá ser convocado para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a pedido fundamentado do licitante, feitopelo chat, antes de findo o prazo, ou, de ofício, quando constatado que este não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

7.12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do bem ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. **Da apresentação de amostras:**

7.13.1. Não haverá apresentação de amostras no presente certame.

7.14. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A verificação dos documentos de habilitação será realizada por meio de consulta ao Cagef, nos documentos por ele abrangidos.

8.2. O licitante deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida

no subitem 8.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema.

8.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados quando solicitados pelo Pregoeiro em formato digital no sistema eletrônico, por upload, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, observadas as hipóteses elencadas no item 7.2.1.1 deste Edital.

8.4.1. A não regularização dos documentos constates do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5. Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Aos beneficiários listados no item 4.4 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

8.7.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.7.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o Pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat”que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.brpara a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes cuja análise foi realizada pelo Pregoeiro, depois de definido o resultado do seu julgamento.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aos saneamentos de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas por meio de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e anexos.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.13. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o licitante será habilitado.

9. DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 dias úteis, contados a partir da notificação acerca da conclusão do juízo de admissibilidade relativo às manifestações de intenção de recorrer, realizado pelo Pregoeiro.

9.1.2. O juízo de admissibilidade referido no item 9.1.1 será realizado após a etapa de manifestação de intenção de recorrer de que trata o item 9.1, ao final da etapa de habilitação.

9.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.1.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mailpregao.spgf@pcivil.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 9.1.

9.1.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 3 dias úteis, contados da data final do prazo do recorrente, pelas mesmas formas de apresentação do recurso.

9.1.6. Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

9.1.8. Na ausência de registro de manifestação de intenção de recorrer pelos licitantes, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

10.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório pelos critérios e na forma de que trata o Decreto Estadual nº 48.723, de 2023, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal n° 14.133, de 2021).

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata oitem 10.1ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão deverá ser reaberta, nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou que anule a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), quadro de avisos e também por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras MG.

12.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras MG, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

13.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes deste Edital, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

13.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo

estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da licitação.

13.1.7. A regra do item 13.1.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 13.1.5.1.

13.1.8. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

13.1.8.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

13.1.8.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;

13.1.9. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

13.1.10. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

13.1.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.1.12. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

13.1.12.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

13.1.12.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimento@planejamento.mg.gov.br.

13.1.12.3. A realização do cadastro como UsuárioExterno no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.

15. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia financeira da execução para o presente certame.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

18.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

18.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

18.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Pregoeiro na respectiva notificação.

18.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.7. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

18.8. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

18.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste certame.

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.11. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses

decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

18.12. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2026
Antônio Cipriano das Neves Silva
Diretor de Aquisições

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cipriano das Neves Silva**, **Analista da Polícia Civil**, em 19/11/2026, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153996590** e o código CRC **C6D469E6**.

Referência: Processo nº 1510.01.0041606/2026-61 SEI nº 153996590

v2.2025.01

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
16/11/2026	Instituto de Criminalística de Minas Gerais	1511189

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Marcelo Palhares Dutra E-mail: cpd.icmg@policiacivil.mg.gov.br	Superintendência de Polícia Técnico Científica/SPTC

SUMÁRIO

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8 - HABILTAÇÃO
9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a compra de Padrões de Referência, sob a forma de entrega integral, necessários à continuidade de exames periciais realizados na Seção Técnica de Física e Química Legal e Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

1.1.1. A presente contratação está estruturada em dois lotes, o que caracteriza o parcelamento da contratação conforme preconizado na legislação vigente. Contudo, optou-se por não fracionar a entrega dos

itens dentro de cada lote, devendo o fornecimento ocorrer de forma única, integral e imediata após a contratação.

LOTE 01 - PADRÕES DE REFERÊNCIA

TOTAL: R$ 238.287,02

Nº	Código	Descrição do item	Complementação	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	935913	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB SULFOXIDE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 90 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): ALDICARBE SULFOXIDO; 1646-87-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 17.219,0200	R$ 17.219,02
2	273546	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: COUMATETRALYL; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,0 POR CENTO;	CAS: 5836-29-3 PN: Fujifilm Wako: 030-22821	FRASCO 100,00 MILIGRAMA	1	R$ 4.888,8300	R$ 4.888,83
3	1972570	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TETRACAINA - CAS: 94-24-6; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU HPLC; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO 94-24-6; 250 MG; PART NUMBER DREC17329000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	2	R$ 6.517,2100	R$ 13.034,42
4	1969498	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CANABIDIOL - CAS 13956-29-1; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO CAS 13956-29-1; 1000MG/ML EM METANOL; PART NUMBER DREA10946000ME-1000 (DR. EHRENSTORFER)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5	R$ 709,0966	R$ 3.545,48
5	443301	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DELTAMETRINA; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 98 POR CENTO;	CAS: 52918-63-5 PN: N-11579-250MG (Chem Service Inc.)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 8.297,3600	R$ 8.297,36

6	1969510	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METANFETAMINA; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA > 98 %;	NUMERO CAS 537- 46-2; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER CERM-020 (CERILLIANT)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	3	R$ 2.628,6600	R$ 7.885,98
7	935905	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,5 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): ALDICARBE; 116- 06-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 9.448,3500	R$ 9.448,35
8	451649	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DIAZINON; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 91 POR CENTO;	CAS: 333-41-5 PN: DRE-C12210000 (LGC Standards / Dr. Ehrenstorfer)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 2.934,6550	R$ 2.934,65
9	936049	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CARBARYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 99,8 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C12H11NO2 CAS: 63-25-2 DRE-C10980000 (Dr. Ehrenstorfer-LGC Standards)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 1.992,9733	R$ 1.992,97
10	936073	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CARBOFURAN; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 99 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): CARBOFURANO 1563-66-2 Dr. Ehrenstorfer: DRE-C11010000	FRASCO 250,00 MILILITRO	1	R$ 5.803,6300	R$ 5.803,63
11	937703	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PARATHION ETHYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 97 POR CENTO;	CAS: 56-38-2 PN: 45607-250MG (Sigma-Aldrich/Supelco)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 15.305,7900	R$ 15.305,79

12	935921	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB SULFONE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 90 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS):ALDICARBE SULFONA; 1646-88-4 Part Number: 24210-250mg (Cayman Chemical)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 12.083,5200	R$ 12.083,52
13	436925	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DICHORVOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 97 POR CENTO;	CAS: 62-73-7 PN: 45441-250MG from Sigma-Aldrich / MilliporeSigma	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 3.550,1600	R$ 3.550,16
14	937568	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METHOMYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C5H10N2O2S CAS Number: 16752-77-5	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 4.511,1800	R$ 4.511,18
15	1673580	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CAFEINA, CAS 58-08-2; TIPO: MATERIAL DE REFERENCIA CERTIFICADO (MRC); CONCENTRACAO: MINIMO DE 99,0 POR CENTO;	NÚMERO CAS 58-08-2PART NUMBER DRE-CR11693000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 5.691,3400	R$ 5.691,34
16	520926	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BRODIFACOUM; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,0 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR: C31H23BRO3 CAS: 56073-10-0	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 7.660,9600	R$ 7.660,96
17	1190490	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: FIPRONIL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,8 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C12H4CL2F6N4OS CAS: 120068-37-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 2.175,0400	R$ 2.175,04

18	1304607	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,0 POR CENTO;	NUMERO CAS 59122-46-2 PN: TRC-M368755-60MG (Toronto Research Chemicals)	FRASCO 60,00 MILIGRAMA	1	R$ 59.002,3200	R$ 59.002,32
19	937380	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PHORATE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 93 POR CENTO;	CAS 298-02-2	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 19.414,1900	R$ 19.414,19
20	937193	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DISULFOTON; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 93 POR CENTO;	CAS: 298-04-4 PN: DRE-CA12980000 (Dr. Ehrenstorfer / Fisher Scientific)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 3.343,6350	R$ 3.343,63
21	1969188	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DIFETIALONA - CAS 104653-34-1; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 97%;	NÚMERO CAS 104653-34-1; 10 MG; PART NUMBER DRE-C12625000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 10,00 MILIGRAMA	1	R$ 20.724,2500	R$ 20.724,25
22	1969480	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CANABINOL - CAS 521-35-7; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO CAS 521- 35-7; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER DREA10946200ME-1000 (DR. EHRENSTORFER)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5	R$ 745,0000	R$ 3.725,00
23	445207	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALFA-CYPERMETHRIN; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 100 POR CENTO;	CAS: 67375-30-8	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1	R$ 3.463,9500	R$ 3.463,95

24	1304518	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: COCAINA; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,0 POR CENTO;	NÚMERO CAS 50-36-2 PART NUMBER LGCAMP1345.05-11 (LGC)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5	R$ 517,0000	R$ 2.585,00

LOTE 02 - PADRÕES DE REFERÊNCIA

TOTAL: R$ 38.476,26

Nº	Código	Descrição do item	Complementação	Unid. de aquisição	Quantitativo orçado	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1969463	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BENZOILECGONINA - CAS 519-09-5; 100 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO 519-09-5; 100 MG; PART NUMBER LPM-COC- 204-FB-100 (LIPOMED)	FRASCO 100 MG	2	R$ 625,0000	R$ 1.250,00
2	1969471	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CETAMINA.HCL; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU HPLC; CONCENTRACAO: PUREZA > 99 %	NUMERO 1867-66-9; 250 MG; PART NUMBER MM0144.00-0250 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250 MG	2	R$ 545,5833	R$ 1.091,16
3	1969536	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL ACIDO - CAS 112137-89-0; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO CAS 112137-89-0; 10 MG EM 1 ML DE ACETATO DE METILA; PART NUMBER TRCM368760 (TRC)	AMPOLA 1 ML	2	R$ 2.822,6000	R$ 5.645,20
4	436992	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CHORPYRIPHOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 99,5 POR CENTO	NÚMERO CAS: 2921-88-2 PN: N-11459-250MG (Chem Service Inc.)	FRASCO 250 MG	1	R$ 3.552,5166	R$ 3.552,51

5	1969358	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CLEMBUTEROL.HCL - CAS 21898-19-1; 10 MG; TIPO: PADRÃO ANALÍTICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 21898-19-1; 10 MG; PART NUMBER LPM-CBT-1568-HC- 10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1	R$ 445,9233	R$ 445,92
6	1969404	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METANDROSTENOLONA - CAS 72-63-9; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 72- 63-9; 10 MG; PART NUMBER LPM-TES- 1249-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.234,0000	R$ 1.234,00
7	1969528	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METONITAZENO.HCL - CAS 3983-24-2; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO CAS 3983- 24-2; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER M-254-1ML (CERILLIANT)	AMPOLA 1 ML	2	R$ 1.490,0000	R$ 2.980,00
8	1969250	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BOLDENONA - CAS 846-48-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 846- 48-0; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR0864.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.300,0000	R$ 1.300,00
9	937894	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TERBUFOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 94,0 POR CENTO	FORMULA MOLECULAR C9H21O2PS3 CAS: 13071-79-9 PN: 45313-100MG (Sigma-Aldrich)	FRASCO 100 MG	1	R$ 638,0000	R$ 638,00
10	1969196	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ESTANOZOLOL - CAS 10418-03-8; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98,5 %	NÚMERO CAS 10418-03-8; 10 MG; PART NUMBER LPM-STA-1522-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.796,0900	R$ 1.796,09

11	1969390	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TESTOSTERONA D3 (DEUTERADO) - CAS 77546-39-5; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 77546-39-5; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER LPM-TES- 1149-1LM (LIPOMED)	AMPOLA 1 ML	3	R$ 844,1300	R$ 2.532,39
12	1969242	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: NANDROLONA; CAS 434-22-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 434- 22-0; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR0660.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1	R$ 2.356,3400	R$ 2.356,34
13	1969200	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: OXIMETOLONA - CAS 434-07-1; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 99 %	OXIMETOLONA; NÚMERO CAS 434- 07-1; 10 MG; PADRÃO ANALÍTICO GRAU GC-MS/LC-MS > 99 %; PART NUMBER LPM-OXY-1678-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.140,0000	R$ 1.140,00
14	1969366	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TESTOSTERONA - CAS 58-22-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 58- 22-0; 10 MG; PART NUMBER LPM-TES- 842-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1	R$ 844,1300	R$ 844,13
15	1969455	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TREMBOLONA - CAS 10161-33-8; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 97 %	NUMERO CAS 10161-33-8; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR1377.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.598,9900	R$ 1.598,99

16	1500465	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PARAQUAT DICHLORIDE HYDRATE, CAS Nº 75365-73-0; TIPO: MATERIAL DE REFERENCIA CERTIFICADO (MRC); CONCENTRACAO: MINIMA DE 99,0 POR CENTO	CAS: 75365-73-0 Part Number (Sigma-Aldrich): 36541-250MG	FRASCO 250 MG	1	R$ 1.490,0000	R$ 1.490,00
17	1972588	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL - CAS: 59122-46-2; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 94,9 %	NUMERO CAS 59122-46-2; 10 MG; PART NUMBERTRC-M368755-10MG (TRC)	FRASCO 10 MG	2	R$ 2.515,1000	R$ 5.030,20
18	1969161	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: GAMA-BUTIROLACTONA (GBL) - CAS 96-48-0; TIPO: PADRAO ANALITICO GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: 1.0 MG/ML EM ACETONITRILA.	NÚMERO CAS 96- 48-0; PUREZA SUPERIOR A 99%; PART NUMBER LGCAMP1275.51-11 (LGC)	AMPOLA 1 ML	2	R$ 858,0000	R$ 1.716,00
19	1969170	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: GHB.SAL SODICO - CAS 502-85-2; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA SUPERIOR A 98,5 %	NÚMERO CAS 502- 85-2; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR1355.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1	R$ 1.835,3333	R$ 1.835,33

1.2. **Caracterização do Objeto:**

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. **Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

1.3.1. A participação no lote 02 (dois) da presente licitação é **exclusiva** aos fornecedores enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018, estando o lote 01 (um) aberto à participação de todos.

1.4. **Da Contratação:**

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano (um ano) contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.4.1.1. O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo

prazo necessário à conclusão do objeto.

1.4.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. **Descrição da Solução:**

Os laboratórios do Instituto de Criminalística realizam exames periciais laboratoriais de natureza toxicológica, química, biológica, físico-química, histológica e ambiental, fundamentais para a produção da prova técnica no âmbito da justiça criminal. Entre os exames realizados, destacam-se aqueles voltados à identificação de drogas de abuso (como maconha, cocaína, crack e novas substâncias psicoativas), medicamentos, venenos, agrotóxicos, solventes, inalantes, resíduos de disparo de arma de fogo e substâncias químicas desconhecidas. As análises seguem protocolos técnicos nacionais e internacionais, sendo imprescindível o uso de padrões de referência certificados para comparação com as amostras questionadas, utilizando-se metodologias como CG-MS, ICP-MS, cromatografia iônica, espectroscopia IV, cromatografia em camada delgada (CCD), entre outras. Os exames periciais exigem rigor técnico em todas as etapas: desde a coleta de amostras, com o uso de reagentes e metodologias específicos, passando pela identificação, transporte e controle de cadeia de custódia, até a extração e análise instrumental das amostras. Tais etapas demandam ampla variedade de insumos técnicos com elevado grau de pureza e especificidade. A utilização de equipamentos modernos, implica a atualização de metodologias mais eficientes, reprodutíveis e seguras. Essa evolução tecnológica exige insumos compatíveis com os novos fluxos de trabalho laboratoriais.

A solução proposta consiste na realização de pregão para aquisição de Padrões Químicos Analíticos de Referência, destinados ao atendimento das demandas da Seção Técnica de Física e Química Forense do Instituto de Criminalística de Minas Gerais, contemplando o fornecimento dos diferentes padrões necessários à execução dos exames e procedimentos analíticos realizados pela unidade. Os materiais deverão possuir especificações técnicas compatíveis com as metodologias empregadas, incluindo requisitos de identidade, pureza ou concentração certificada, rastreabilidade, prazo de validade, condições adequadas de acondicionamento e armazenamento, bem como documentação técnica pertinente, tais como certificado de análise ou documento equivalente, quando aplicável.

A aquisição dos padrões analíticos permitirá a realização de procedimentos de identificação, confirmação e quantificação de substâncias de interesse forense, bem como a calibração, verificação e controle de qualidade dos métodos analíticos empregados pela Seção Técnica de Física e Química Forense. Dessa forma, a solução escolhida busca assegurar o fornecimento contínuo de materiais essenciais à atividade pericial, contribuindo para a confiabilidade, rastreabilidade, precisão e qualidade dos resultados analíticos e, consequentemente, para a adequada elaboração dos laudos periciais produzidos pelo Instituto de Criminalística de Minas Gerais.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, a regularidade e a qualidade dos exames periciais laboratoriais realizados pela Seção Técnica de Física e Química Legal e pelas Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais, mediante a aquisição de Padrões de Referência necessários à execução das análises laboratoriais de interesse pericial.

Os laboratórios de química forense do Estado de Minas Gerais realizam exames destinados à identificação, caracterização e, quando aplicável, quantificação de substâncias químicas presentes em amostras relacionadas a investigações criminais, abrangendo, entre outras, drogas de abuso, medicamentos, venenos, agrotóxicos, substâncias de uso controlado e outras substâncias químicas de interesse forense.

A execução desses exames depende da utilização de métodos analíticos instrumentais e da aplicação de procedimentos de identificação, confirmação, calibração e controle de qualidade. Nesse contexto, os padrões de referência constituem materiais indispensáveis para a adequada execução das metodologias empregadas, especialmente nas análises realizadas por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS), cromatografia líquida (LC-MS) e outras técnicas analíticas utilizadas na rotina pericial.

Os padrões de referência permitem estabelecer parâmetros de comparação com as substâncias presentes nas amostras questionadas, contribuindo para a identificação inequívoca dos analitos e, quando aplicável, para sua confirmação e quantificação. Sua utilização também é necessária em procedimentos de calibração, verificação e controle de qualidade dos métodos analíticos.

Os exames periciais seguem protocolos técnicos e requisitos de qualidade aplicáveis às análises laboratoriais forenses, sendo necessária a utilização de materiais que apresentem características adequadas de identidade, pureza ou concentração, rastreabilidade, estabilidade e acondicionamento, compatíveis com as metodologias empregadas.

A contratação é, portanto, necessária para garantir a disponibilidade dos padrões de referência indispensáveis à rotina dos laboratórios, evitando a interrupção ou redução da capacidade de realização das análises periciais e assegurando a produção de resultados tecnicamente confiáveis, rastreáveis e adequados à elaboração dos respectivos laudos periciais.

O quantitativo previsto nesta contratação foi estabelecido considerando a demanda dos laboratórios, a natureza e a frequência dos exames realizados, as metodologias analíticas empregadas, a necessidade de utilização dos padrões em procedimentos de identificação, confirmação, calibração e controle de qualidade, bem como as características de fornecimento, estabilidade e validade de cada material.

A contratação está estruturada em dois lotes, abrangendo, no total, 43 itens. A divisão dos itens em lotes considerou as características da contratação e a estratégia adotada para a pesquisa de preços e organização do fornecimento, mantendo-se, em cada lote, itens de natureza compatível com o objeto pretendido. O parcelamento em lotes possibilita a ampliação da participação de fornecedores e, simultaneamente, preserva a organização da aquisição conforme as características dos padrões de referência.

No Lote 01, estão previstos 24 padrões de referência, contemplando diferentes substâncias de interesse pericial, incluindo padrões primários, padrões analíticos, padrões analíticos de grau GC-MS/LC-MS e material de referência certificado, com diferentes requisitos de pureza, apresentação, concentração e quantidade, conforme especificações constantes da tabela de itens.

No Lote 02, estão previstos 19 padrões de referência, abrangendo substâncias destinadas principalmente às metodologias de análise por cromatografia gasosa e líquida, incluindo padrões analíticos de grau GC-MS/LC-MS, padrão analítico de grau HPLC e padrões primários, conforme as especificações técnicas, concentrações, graus de pureza e apresentações estabelecidas na tabela do presente Termo de Referência.

A definição dos quantitativos levou em consideração os seguintes fatores:

1. **Demanda de exames periciais:** utilização dos padrões de acordo com a rotina de análises dos laboratórios e o volume de amostras processadas;

2. **Frequência de utilização:** consideração da frequência com que cada substância é empregada nas metodologias analíticas;

3. **Metodologias analíticas empregadas:** observância dos padrões necessários às diferentes técnicas e procedimentos de identificação, confirmação, calibração e controle de qualidade;

4. **Características dos equipamentos:** consideração da compatibilidade dos padrões com os sistemas analíticos utilizados nos laboratórios;

5. **Características de apresentação e concentração:** consideração das quantidades e formas de fornecimento disponíveis para cada padrão, de acordo com suas especificações técnicas;

6. **Validade e estabilidade dos materiais:** consideração do prazo de validade, estabilidade e condições de armazenamento, buscando evitar aquisições superiores à capacidade de utilização dos laboratórios e consequentes perdas;

7. **Controle de qualidade e confiabilidade dos resultados:** necessidade de utilização de padrões adequados para assegurar a identificação, confirmação, calibração e verificação dos métodos analíticos;

8. **Manutenção da continuidade operacional:** previsão de quantitativos suficientes para atender à rotina laboratorial e evitar a indisponibilidade de padrões essenciais à realização dos exames.

Assim, os quantitativos definidos não representam aquisição indiscriminada de materiais, mas decorrem das necessidades técnicas e operacionais dos laboratórios e das características próprias de cada padrão e metodologia, buscando compatibilizar a disponibilidade dos materiais com a demanda efetiva das atividades periciais.

O objetivo da contratação é garantir o fornecimento dos padrões de referência necessários à execução contínua dos exames laboratoriais de interesse criminalístico, assegurando condições adequadas para a identificação, confirmação, calibração e controle de qualidade das análises realizadas pelos laboratórios.

Pretende-se, especificamente:

- assegurar a continuidade dos exames periciais realizados pela Seção Técnica de Física e Química

Legal e pelas Seções Técnicas Regionais de Criminalística;

- possibilitar a identificação e confirmação das substâncias presentes nas amostras submetidas à análise;
- fornecer materiais adequados às metodologias analíticas empregadas, especialmente GC-MS e LC-MS;
- possibilitar procedimentos de calibração, verificação e controle de qualidade dos métodos analíticos;
- preservar a qualidade, a confiabilidade e a rastreabilidade dos resultados obtidos;
- atender às demandas periciais provenientes das unidades da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
- evitar interrupções ou limitações na capacidade de realização dos exames e emissão dos respectivos laudos periciais.

Os padrões de referência constituem, portanto, materiais necessários à execução das atividades finalísticas dos laboratórios, não se tratando de itens acessórios ou de utilização meramente eventual.

A ausência da contratação ou a indisponibilidade dos padrões necessários poderá comprometer diretamente a capacidade operacional dos laboratórios responsáveis pelas análises físico-químicas e toxicológicas.

A falta de determinado padrão de referência poderá impedir ou limitar a realização de metodologias específicas, especialmente quando sua utilização for necessária para a identificação ou confirmação de determinada substância, calibração do método ou execução de procedimentos de controle de qualidade.

Como consequência, poderá ocorrer:

- interrupção ou redução da realização de determinados exames periciais;
- aumento do tempo necessário para processamento das amostras;
- atraso na emissão de laudos periciais;
- necessidade de remanejamento de exames entre unidades, quando tecnicamente possível;
- impossibilidade de realização de determinadas análises quando não houver padrão de referência adequado disponível;
- aumento do risco de acúmulo de demandas e de retrabalho;
- comprometimento da tempestividade da produção da prova técnica necessária à persecução penal.

A indisponibilidade dos padrões de referência também poderá comprometer a confiabilidade e a rastreabilidade dos resultados analíticos, uma vez que determinados exames dependem desses materiais para comparação, identificação, confirmação, calibração e controle da qualidade das análises.

Considerando que os laboratórios do Instituto de Criminalística produzem prova técnica destinada a subsidiar investigações e processos judiciais, eventual interrupção ou limitação das atividades analíticas possui impacto direto sobre a capacidade de resposta às demandas periciais encaminhadas pelos órgãos requisitantes.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade e a regularidade das atividades periciais laboratoriais desenvolvidas pela Seção Técnica de Física e Química Legal e pelas Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais.

Os 43 itens distribuídos nos dois lotes foram dimensionados de acordo com as necessidades técnicas e operacionais dos laboratórios, considerando a demanda de exames, as metodologias empregadas, as características dos padrões, a frequência de utilização, as condições de fornecimento e a necessidade de manutenção da continuidade operacional.

A aquisição dos materiais é indispensável para a execução das análises laboratoriais necessárias à identificação e caracterização de substâncias de interesse pericial, contribuindo para a produção de resultados confiáveis, rastreáveis e tecnicamente fundamentados.

Dessa forma, a contratação visa assegurar os meios materiais necessários ao adequado funcionamento dos laboratórios de química forense, evitando a descontinuidade dos exames, reduzindo riscos de atrasos na elaboração dos laudos e garantindo a manutenção da capacidade de atendimento das demandas periciais encaminhadas ao Instituto de Criminalística.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da Participação de Consórcios:

3.1.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.2. Da Participação de Cooperativa:

3.2.2. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.3. Da Subcontratação:

3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.4. Da Sustentabilidade:

3.4.1. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

- Priorizar o fornecimento de padrões analíticos acondicionados em embalagens adequadas, seguras e dimensionadas de forma a evitar desperdícios de materiais;
- Dar preferência, quando tecnicamente possível, a embalagens recicláveis ou passíveis de destinação ambientalmente adequada;
- Exigir que os produtos sejam fornecidos com identificação clara, informações de segurança, condições de armazenamento, prazo de validade e demais informações necessárias ao seu uso e descarte adequado;
- Evitar o fornecimento de quantidades superiores às efetivamente necessárias, contribuindo para a redução de desperdícios e para a diminuição da geração de resíduos químicos;
- Priorizar, quando disponível no mercado e tecnicamente compatível, produtos com maior estabilidade e prazo de validade adequado, reduzindo perdas decorrentes de vencimento;
- Observar as normas aplicáveis ao transporte, armazenamento, manuseio e descarte de substâncias químicas, especialmente quando se tratar de materiais classificados como perigosos;
- Promover o gerenciamento adequado dos resíduos químicos, embalagens contaminadas e demais materiais resultantes da utilização dos padrões analíticos, vedando seu descarte em lixo comum, rede de esgoto ou diretamente no meio ambiente;
- Realizar a segregação, acondicionamento, armazenamento temporário e destinação dos resíduos de acordo com os procedimentos institucionais e a legislação ambiental e sanitária aplicável;
- Reduzir, sempre que possível, a utilização de materiais de embalagem desnecessários e privilegiar fornecedores que adotem práticas ambientalmente responsáveis em seus processos produtivos e logísticos;
- Sempre que tecnicamente viável, considerar critérios relacionados à eficiência logística, como consolidação de entregas, visando reduzir deslocamentos, consumo de combustíveis e emissões associadas ao transporte;
- Exigir que o fornecedor cumpra a legislação ambiental, trabalhista e de segurança aplicável às atividades relacionadas ao fornecimento dos produtos;
- Promover o uso racional dos padrões analíticos, evitando desperdícios e priorizando procedimentos laboratoriais que reduzam a geração de resíduos, sem prejuízo da qualidade dos exames periciais;
- Observar as orientações dos fabricantes quanto à conservação e armazenamento, de modo a preservar a integridade dos produtos e evitar perdas prematuras.

3.5. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.6. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação, apenas a exigência de que sejam observadas as descrições e complementação do item CATMAS.

3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. **Da Garantia da Contratação:**

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. **Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:**

3.9.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.10. **Da Vistoria:**

3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Do Prazo de Entrega:**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 120 (cento e vinte) dias úteis contados do dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1. O objeto será entregue em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.2. **Do Local e Horário de Entrega:**

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: DIVISÃO DE LABORATÓRIOS - Instituto de Criminalística, RUA JUIZ DE FORA, 400, BARRO PRETO,BELO HORIZONTE/MG, telefone para contato (31) 3330-1773 , no horário de 09:00 às 17:00 horas.

4.2.2. Mediante prévio agendamento com o(a) servidor(a) Sra. Beatriz Colen Fonseca, através do telefone/e-mail: (31) 3330-1773 / periciaquimica.icmg@policiacivil.mg.gov.br.

4.2.3. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. **Do Recebimento:**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. A Administração notificará o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. **Da Liquidação:**

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. **Do Pagamento:**

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato:

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato:

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

7.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

7.1.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$0,01 (um centavo de real).

7.2. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

7.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

7.2.1.1. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3. **Da Amostra:**

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nesta contratação.

Da Prova de Conceito (PoC):

7.3.2. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. **Habilitação Jurídica:**

8.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF – DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;

8.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.1.12. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, ou outro documento indicativo dos propósitos de associação entre os proponentes, em se tratando de consórcio instituído para o fim específico de participar do certame;

8.1.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perantea Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.1.4. **Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

8.1.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.1.5. **Declaração**:

8.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

8.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

8.1.6. **Habilitação de Consórcios**:

8.1.6.1. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, deverá acompanhar os documentos de habilitação, a comprovação de compromisso público ou particular do consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, que deverá representar as consorciadas perante o Estado de Minas Gerais, observadas as normas do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.6.2. Deverão ser apresentados os documentos previstos no item referente à Habilitação, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

8.1.6.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio na fase de licitação e durante a execução do contrato.

8.1.6.4. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 8.1.6.1.

8.1.6.5. Apenas os consórcios compostos exclusivamente por beneficiários indicados nono caput do art. 3º do Decreto 47.437, de 2018, poderão usufruir dos benefícios legais da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, desde que a soma do faturamento das empresas consorciadas não ultrapasse o limite previsto no inciso II, artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

8.1.6.6. Não é permitido que uma empresa, consorciada simultaneamente em mais de um consórcio ou de forma isolada, participe do mesmo procedimento de contratação.

8.1.6.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.1.7. **Habilitação de Cooperativas**:

8.1.7.8. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

I - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

II - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

III - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

IV - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

V - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que

executarão o contrato;

VI - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

VII - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Do Contratado:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

9.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

9.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

9.2.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

9.2.14. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou o licitante que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa**:

10.2.4.1. Moratória de 0,5 (cinco décimos por cento)% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 276.763,28 (duzentos e setenta e seis mil setecentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Estadual nº 25.698, de 14 de janeiro de 2026 – Lei Orçamentária Anual – LOA 2026., relativa ao exercício financeiro vigente.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 1511.06.181.032.4061.0001.3.3.90.30.13.0.10.1.

Isabel Paulina Silva Castro

MASP 1.111.440-2

Responsável pela Elaboração

Leandro Inácio Bicalho

MASP 1.229.351-0

Responsável pela Aprovação

Beatriz Colen Fonseca

MASP 616.754-8

Responsável Técnico e Responsável pela Aprovação

Paulo Eduardo Nunes Andrade Barbosa

MASP 1.145.257-0

Responsável Técnico e Responsável pela Aprovação

Documento assinado eletronicamente por **Isabel Paulina Silva Castro**, **Perita Criminal**, em 16/11/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Inacio Bicalho**, **Chefe de Seção**, em 16/11/2026, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Colen Fonseca**, **Chefe de Seção**, em 16/11/2026, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Nunes Barbosa**, **Perito(a) Criminal**, em 16/11/2026, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153780911** e o código CRC **BFEB8BDB**.

---

v1.2024.12

ANEXO II – MINUTA PADRONIZADA DE PROPOSTA COMERCIAL – PARA AQUISIÇÃO DE BENS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1511189 340/2026

(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Endereço Eletrônico:	
Nome do Representante Legal:	
CPF do Representante Legal:	
Optante pelo Simples Nacional?	Não (_____) Sim (_____)

LOTE 1	**ITEM: 01** - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO COM ICMS**	**VALOR UNITÁRIO SEM ICMS**	**VALOR TOTAL COM ICMS**	**VALOR TOTAL SEM ICMS**
		R$	R$	R$	R$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: 02 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO COM ICMS**	**VALOR UNITÁRIO SEM ICMS**	**VALOR TOTAL COM ICMS**	**VALOR TOTAL SEM ICMS**
		R$	R$	R$	R$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO COM ICMS**	**VALOR UNITÁRIO SEM ICMS**	**VALOR TOTAL COM ICMS**	**VALOR TOTAL SEM ICMS**
		R$	R$	R$	R$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	VALOR TOTAL DO LOTE	**R$**			

	ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO COM ICMS**	**VALOR UNITÁRIO SEM ICMS**	**VALOR TOTAL COM ICMS**	**VALOR TOTAL SEM ICMS**
		R$	R$	R$	R$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			

LOTE X	**ITEM: XX** - _____, conforme especificação técnica do item ___ do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico.	**VALOR UNITÁRIO COM ICMS**	**VALOR UNITÁRIO SEM ICMS**	**VALOR TOTAL COM ICMS**	**VALOR TOTAL SEM ICMS**
		R$	R$	R$	R$
		Marca / Modelo:			
		Prazo de Garantia:			
	VALOR TOTAL DO LOTE	**R$**			

Observações:

Prazo de Validade da Proposta:	

Declaro que:

a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência desse Edital de Pregão Eletrônico;

b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;

c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cipriano das Neves Silva**, **Analista da Polícia Civil**, em 05/11/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **152591080** e o código CRC **AB1F5F7F**.

MINUTA

v2.2025.01

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº [INSERIR Nº]/[INSERIR ANO], DE COMPRAS DE BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA].

PROCESSO DE COMPRAS Nº 1511189 340/2026

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da **POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS**, com sede no 4º andar, do Prédio Minas, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada à Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, CEP 31.630-900, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, endereço de correio eletrônico: contratos.spgf@pcivil.mg.gov.br, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.715.532.0001-70, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, **DOUTORA ANDREA MENDES DE SOUZA ABOOD**, inscrita no Masp nº 457.999-1, Resolução de competência PCMG nº 8.215, de 05 de Abril de 2022 e [inserir nome do CONTRATADO], endereço de correio eletrônico [inserir e-mail], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número [inserir nº parcial do CNJP], com sede na [inserir endereço/município], neste ato representada por Sr(a). [inserir nome do representante do CONTRATADO], doravante denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n° xxx/ano,** em observância às disposições legais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação estadual, às disposições deste Contrato e ainda, no que couber, às demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de Padrões de Referência, sob a forma de entrega integral, necessários à continuidade de exames periciais realizados na Seção Técnica de Física e Química Legal e Seções Técnicas Regionais de Criminalística do Estado de Minas Gerais, que deve ser executado conforme condições do Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

LOTE 01 - PADRÕES DE REFERÊNCIA

ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	935913	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB SULFOXIDE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 90 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): ALDICARBE SULFOXIDO; 1646-87-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
2	273546	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: COUMATETRALYL; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,0 POR CENTO;	CAS: 5836-29-3 PN: Fujifilm Wako: 030-22821	FRASCO 100,00 MILIGRAMA	1		
3	1972570	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TETRACAINA - CAS: 94-24-6; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU HPLC; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO 94-24-6; 250 MG; PART NUMBER DREC17329000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	2		
4	1969498	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CANABIDIOL - CAS 13956-29-1; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO CAS 13956-29-1; 1000MG/ML EM METANOL; PART NUMBER DREA10946000ME-1000 (DR. EHRENSTORFER)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5		
5	443301	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DELTAMETRINA; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 98 POR CENTO;	CAS: 52918-63-5 PN: N-11579-250MG (Chem Service Inc.)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
6	1969510	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METANFETAMINA; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA > 98 %;	NUMERO CAS 537-46-2; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER CERM-020 (CERILLIANT)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	3		

7	935905	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,5 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): ALDICARBE; 116- 06-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
8	451649	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DIAZINON; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 91 POR CENTO;	CAS: 333-41-5 PN: DRE-C12210000 (LGC Standards / Dr. Ehrenstorfer)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
9	936049	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CARBARYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 99,8 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C12H11NO2 CAS: 63-25-2 DRE-C10980000 (Dr. Ehrenstorfer-LGC Standards)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
10	936073	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CARBOFURAN; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 99 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS): CARBOFURANO 1563-66-2 Dr. Ehrenstorfer: DRE-C11010000	FRASCO 250,00 MILILITRO	1		
11	937703	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PARATHION ETHYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 97 POR CENTO;	CAS: 56-38-2 PN: 45607-250MG (Sigma-Aldrich/Supelco)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
12	935921	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALDICARB SULFONE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 90 POR CENTO;	(NUMERO DE CAS):ALDICARBE SULFONA; 1646-88-4 Part Number: 24210-250mg (Cayman Chemical)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
13	436925	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DICHORVOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 97 POR CENTO;	CAS: 62-73-7 PN: 45441-250MG from Sigma-Aldrich / MilliporeSigma	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		

14	937568	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METHOMYL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C5H10N2O2S CAS Number: 16752-77-5	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
15	1673580	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CAFEINA, CAS 58-08-2; TIPO: MATERIAL DE REFERENCIA CERTIFICADO (MRC); CONCENTRACAO: MINIMO DE 99,0 POR CENTO;	NÚMERO CAS 58- 08-2PART NUMBER DRE-CR11693000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
16	520926	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BRODIFACOUM; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,0 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR: C31H23BRO3 CAS: 56073-10-0	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
17	1190490	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: FIPRONIL; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 98,8 POR CENTO;	FORMULA MOLECULAR C12H4CL2F6N4OS CAS: 120068-37-3	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
18	1304607	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,0 POR CENTO;	NUMERO CAS 59122-46-2 PN: TRC-M368755-60MG (Toronto Research Chemicals)	FRASCO 60,00 MILIGRAMA	1		
19	937380	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PHORATE; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 93 POR CENTO;	CAS 298-02-2	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		

20	937193	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DISULFOTON; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 93 POR CENTO;	CAS: 298-04-4 PN: DRE-CA12980000 (Dr. Ehrenstorfer / Fisher Scientific)	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
21	1969188	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: DIFETIALONA - CAS 104653-34-1; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 97%;	NÚMERO CAS 104653-34-1; 10 MG; PART NUMBER DRE-C12625000 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 10,00 MILIGRAMA	1		
22	1969480	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CANABINOL - CAS 521-35-7; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %;	NUMERO CAS 521-35-7; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER DREA10946200ME-1000 (DR. EHRENSTORFER)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5		
23	445207	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ALFA-CYPERMETHRIN; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 100 POR CENTO;	CAS: 67375-30-8	FRASCO 250,00 MILIGRAMA	1		
24	1304518	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: COCAINA; TIPO: PADRAO ANALITICO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA 99,0 POR CENTO;	NÚMERO CAS 50- 36-2 PART NUMBER LGCAMP1345.05-11 (LGC)	AMPOLA 1,00 MILILITRO	5		

LOTE 02 - PADRÕES DE REFERÊNCIA

ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	1969463	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BENZOILECGONINA - CAS 519-09-5; 100 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO 519-09-5; 100 MG; PART NUMBER LPM-COC-204-FB-100 (LIPOMED)	FRASCO 100 MG	2		
2	1969471	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CETAMINA.HCL; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU HPLC; CONCENTRACAO: PUREZA > 99 %	NUMERO 1867-66-9; 250 MG; PART NUMBER MM0144.00-0250 (DR. EHRENSTORFER)	FRASCO 250 MG	2		
3	1969536	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL ACIDO - CAS 112137-89-0; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO CAS 112137-89-0; 10 MG EM 1 ML DE ACETATO DE METILA; PART NUMBER TRCM368760 (TRC)	AMPOLA 1 ML	2		
4	436992	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CHORPYRIPHOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: 99,5 POR CENTO	NÚMERO CAS: 2921-88-2 PN: N-11459-250MG (Chem Service Inc.)	FRASCO 250 MG	1		
5	1969358	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: CLEMBUTEROL.HCL - CAS 21898-19-1; 10 MG; TIPO: PADRÃO ANALÍTICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 21898-19-1; 10 MG; PART NUMBER LPM-CBT-1568-HC- 10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1		
6	1969404	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METANDROSTENOLONA - CAS 72-63-9; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 72- 63-9; 10 MG; PART NUMBER LPM-TES-1249-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1		

7	1969528	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: METONITAZENO.HCL - CAS 3983-24-2; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NUMERO CAS 3983-24-2; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER M-254-1ML (CERILLIANT)	AMPOLA 1 ML	2		
8	1969250	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: BOLDENONA - CAS 846-48-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 846-48-0; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR0864.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1		
9	937894	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TERBUFOS; TIPO: PADRAO PRIMARIO; CONCENTRACAO: PUREZA MINIMA DE 94,0 POR CENTO	FORMULA MOLECULAR C9H21O2PS3 CAS: 13071-79-9 PN: 45313-100MG (Sigma-Aldrich)	FRASCO 100 MG	1		
10	1969196	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: ESTANOZOLOL - CAS 10418-03-8; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98,5 %	NÚMERO CAS 10418-03-8; 10 MG; PART NUMBER LPM-STA-1522-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1		
11	1969390	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TESTOSTERONA D3 (DEUTERADO) - CAS 77546-39-5; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 77546-39-5; 1000¿G/ML EM METANOL; PART NUMBER LPM-TES-1149-1LM (LIPOMED)	AMPOLA 1 ML	3		
12	1969242	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: NANDROLONA; CAS 434-22-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 434-22-0; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR0660.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1		

13	1969200	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: OXIMETOLONA - CAS 434-07-1; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 99 %	OXIMETOLONA; NÚMERO CAS 434-07-1; 10 MG; PADRÃO ANALÍTICO GRAU GC-MS/LC-MS > 99 %; PART NUMBER LPM-OXY-1678-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1		
14	1969366	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TESTOSTERONA - CAS 58-22-0; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 98 %	NÚMERO CAS 58- 22-0; 10 MG; PART NUMBER LPM-TES-842-10 (LIPOMED)	FRASCO 10 MG	1		
15	1969455	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: TREMBOLONA - CAS 10161-33-8; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 97 %	NUMERO CAS 10161-33-8; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR1377.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1		
16	1500465	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: PARAQUAT DICHLORIDE HYDRATE, CAS Nº 75365-73-0; TIPO: MATERIAL DE REFERENCIA CERTIFICADO (MRC); CONCENTRACAO: MINIMA DE 99,0 POR CENTO	CAS: 75365-73-0 Part Number (Sigma-Aldrich): 36541-250MG	FRASCO 250 MG	1		
17	1972588	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: MISOPROSTOL - CAS: 59122-46-2; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA MAIOR QUE 94,9 %	NUMERO CAS 59122-46-2; 10 MG; PART NUMBERTRC-M368755-10MG (TRC)	FRASCO 10 MG	2		
18	1969161	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: GAMA-BUTIROLACTONA (GBL) - CAS 96-48-0; TIPO: PADRAO ANALITICO GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: 1.0 MG/ML EM ACETONITRILA.	NÚMERO CAS 96- 48-0; PUREZA SUPERIOR A 99%; PART NUMBER LGCAMP1275.51-11 (LGC)	AMPOLA 1 ML	2		

19	1969170	PADROES DE REFERENCIA - ELEMENTO: GHB.SAL SODICO - CAS 502-85-2; 10 MG; TIPO: PADRAO ANALITICO GRAU GC-MS/LC-MS; CONCENTRACAO: PUREZA SUPERIOR A 98,5 %	NÚMERO CAS 502-85-2; 10 MG; PART NUMBER LGCFOR1355.00 (LGC)	FRASCO 10 MG	1		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. Termo de Referência;

1.2.2. Edital de Licitação;

1.2.3. Informações inseridas no Portal de Compras de Minas Gerais;

1.2.4. Proposta comercial do CONTRATADO;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos acima.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. A forma de fornecimento, os modelos de execução e de gestão contratuais, assim como os prazos e condições de entrega e de recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência é de 1 ano (um ano) contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.2. A prorrogação do contrato é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências dos efeitos de aplicação das sanções.

3.5.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O valor da contratação é de R$ [inserir valor (inserir valor por extenso)].

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo indicada(s):

1511.06.181.032.4061.0001.3.3.90.30.13.0.10.1

5.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. As condições de pagamento estão estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

7.1. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, correspondente a 27/10/2026 para o Lote 1 e a 01/10/2026 para o Lote 2, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2ºe 3º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. O direito a que se refere o item 7.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 7.1.

7.4. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.4.1. Considera-se data do orçamento estimado a data de assinatura do Mapa Comparativo de preços.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Os preços contratados poderão ser atualizados, por meio de Termo Aditivo, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme disposto no art. 124, II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por acordo entre as partes, e poderá ser solicitado pelo CONTRATANTE ou pelo CONTRATADO, mediante pedido formal.

7.7.1.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.1.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As obrigações técnicas relativas à execução do objeto (descrição, funcionamento e aplicação) estão descritas no Termo de Referência.

9. CLAUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas incidentes à inexecução do objeto são descritas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a)ficará ele constituído em mora a partir da data em que deveria ter sido executada sua obrigação, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b)poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto em decorrência do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, e demais motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção do Contrato será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. As partes entregarão, no momento da extinção, a documentação e eventual material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

11.8. No procedimento que visar à extinção do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no procedimento de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

12.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador e o CONTRATADO assume o papel de operador conforme artigo 5º, VI e VII da Lei nº 13.709/2018.

12.3. O CONTRATADO deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

12.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

12.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

12.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

12.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709, de 2018, suas alterações e regulamentações posteriores, quando necessário.

12.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 124 de Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

13.1.1. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.1.2. As supressões poderão ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que acordado entre as PARTES.

13.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto-Lei nº 4.657, de1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) e demais normas relativas a licitações e contratos administrativos e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89 da Lei 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Este contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.1.1. O Portal de Compras será integrado ao PNCP para fins de cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam as partes este instrumento assinado eletronicamente.

CONTRATANTE: EMG/POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

CONTRATADA:

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius de Barros**, **Investigador(a) de Polícia**, em 18/11/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **153984460** e o código CRC **C36CB2FA**.